



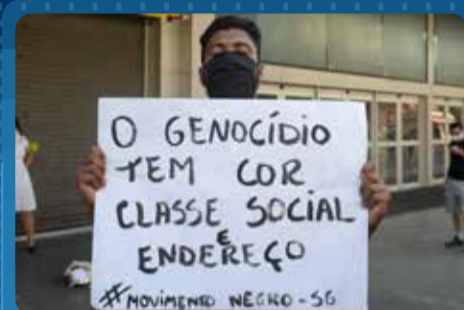
Solidariedade em 5 meses de crise sanitária



Aduff apresenta CINECLUBE VIRTUAL



Defesa da vida, direitos, democracia interna e universidade pública



Defesa da democracia interna na UFF também na pandemia



Desde o início da pandemia, em março, a Aduff busca construir a defesa destes valores com a comunidade acadêmica, para enfrentar o vírus, atos antidemocráticos e um governo negacionista que tenta usar a crise para 'passar a boiada'

Aduff apresentou proposta de funcionamento da UFF na pandemia



Associação dos Docentes da UFF

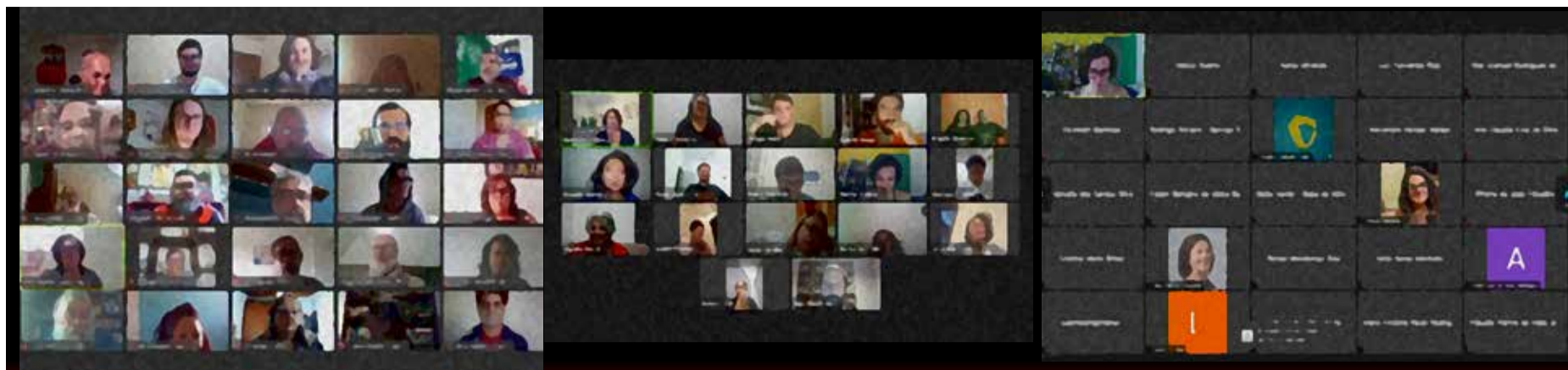
ADUFF SSind

Seção Sindical do Andes-SN
Filiado à CSP/Conlutas

Jurídico da Aduff: novas ações e atendimento remoto desde março

'Não há normalidade com mais de 100 mil mortes'





Com sede fechada, Aduff manteve-se nas lutas e aberta a docentes

Necessário respeito ao isolamento social não paralisou a Seção Sindical, que seguiu funcionando remotamente e atuando na defesa das demandas da categoria

Da Redação da Aduff
Por **Lara Abib**

Atenta às recomendações dos especialistas e em conformidade com as orientações contingenciais referentes à pandemia da covid-19, a diretoria da Aduff-SSind mantém – desde o início de março – a sede do sindicato fechada, com funcionários e diretores da seção sindical cumprindo o isolamento social e trabalhando de casa. O atendimento aos docentes continua sendo realizado remotamente, de segunda a sexta-feira, durante o horário comercial de 9h às 18h, pelo email (aduff@aduff.org.br) ou por trocas de mensagem pelo Whatsapp institucional: +55 (21) 97276-2018. Professores sindicalizados que necessitarem de atendimento jurídico poderão acionar esses mesmos contatos e serão encaminhados à assessoria jurídica da Aduff.

Os últimos cinco meses foram difíceis, desafiadores e cheios de incertezas para a grande maioria de brasileiros e brasileiras. No interior da Aduff não está sendo diferente. Em um momento grave da nossa história, a diretoria eleita da Associação dos Docentes da UFF - Seção Sindical do Andes-SN reafirma o compromisso com a construção de um sindicato classista, autônomo, plural e combativo e ressalta a importância da sindicalização.

Além de ações de solidariedade a trabalhadores informais e desempregados, com distribuição de cestas básicas em conjunto com movimentos sociais e fóruns de luta, a Aduff se posicionou, desde o início da pandemia e nestes últimos cinco meses, a favor das medidas de contenção do novo

coronavírus e em defesa da vida e do SUS, repudiando posicionamentos do governo Bolsonaro que fragilizavam os serviços públicos, minimizavam a crise de saúde pública e colocaram tantas vidas brasileiras em risco – chegando o país, ao fim destes cinco meses, com mais de 100 mil mortos.

A seção sindical também garantiu espaços de encontro virtual, debate e deliberação, com a realização de transmissões ao vivo (*lives*), de reuniões dos Grupos de Trabalho, plenárias e assembleias, acompanhando incansavelmente as discussões sobre calendário acadêmico e ensino remoto na Universidade, se posicionando sempre a favor da vida, do diálogo, da de-

mocracia interna na UFF, do respeito às instâncias deliberativas da universidade e do ensino de qualidade.

“A exemplo do que ocorreu nos últimos cinco meses, a Aduff continuará fechada fisicamente, mas aberta ao diálogo e na luta”, destaca a presidente da Aduff-SSind, Marina Tedesco. O 2º vice-presidente da entidade, Carlos Augusto Aguilar Júnior, ressalta que o sindicato não é somente a diretoria. “É essencial que as e os docentes filiados mantenham a Aduff firme, contribuindo para que nossas lutas em defesa da universidade, da ciência, da educação e dos serviços públicos possam acontecer. E aquelas e aqueles que ainda não se filiaram, mas têm interesse em se filiar, que nos procurem”, completa.

Prorrogação de mandatos e adiamentos de eleições

Em decorrência do isolamento social, o Conselho de Representantes da Aduff se reuniu por videoconferência, no dia 7 de maio, para tratar das eleições do sindicato e da proposta de prorrogação dos mandatos da diretoria e dos conselheiros. A reunião aprovou por unani-

midade o adiamento das eleições (que aconteceriam em junho) e a prorrogação dos mandatos da diretoria e do CR até o dia 8 de setembro de 2020. A avaliação consensual foi de que esse seria o melhor encaminhamento, para que a eleição pudesse transcorrer de forma habitual e presencial, após o fim da pandemia. Diante da continuidade da pandemia e da suspensão das aulas presenciais, será preciso novos encaminhamentos.



Campus da UFF no Gragoatá, em Niterói, e em Campos: a comunidade acadêmica precisa ser ouvida na sede e fora da sede na tomada de decisões também neste período de crise sanitária

Construção coletiva definiu proposta da Aduff para UFF durante a pandemia

Proposta para o funcionamento da universidade durante a pandemia passou por Grupos de Trabalho, plenárias e assembleias

Professoras e professores da UFF elaboraram e aprovaram a proposta da Aduff-SSind para o funcionamento da Universidade durante a pandemia do novo coronavírus. Foi uma construção coletiva, iniciada em maio e concluída no dia 10 de agosto de 2020, quando assembleia por videoconferência aprovou a versão final do texto.

A proposta começou a ser elaborada por meio de debates e estudos desenvolvidos de forma conjunta em seis reuniões de três grupos de trabalho da Aduff (de Política Educacional-GTPE, Formação Sindical-GTPFS e de Seguridade Social e Aposentadoria-GTSSA). Também passou pela avaliação do Conselho de Representantes,

de duas plenárias abertas a toda a categoria e duas assembleias para sindicalizados. Todas as reuniões se deram por meio de videoconferências, de forma a respeitar o distanciamento social decorrente das medidas sanitárias.

'Para não passar a boiada'

A proposta é acompanhada por um texto de apoio, intitulado "Universidade pública e pandemia: nossa luta para não deixar a 'boiada' do capital passar". Além de analisar a conjuntura brasileira diante da pandemia da covid-19, o documento aponta as desigualdades socioeconômicas que interferem no processo de aprendizado e evidenciam diferenças substanciais no que

tange ao ensino entre instituições públicas e privadas. Critica a falta de investimento dos governos em Educação, Ciência e Tecnologia, apontando a ausência de compromisso com o ensino superior público e gratuito, que pavimenta o caminho para a privatização das instituições de ensino superior (IES). A íntegra desse documento de apoio pode ser acessada no site da Aduff (www.aduff.org.br).

O resultado dessa elaboração da Aduff — que resultou nas propostas aqui publicadas — foi enviado às secretarias dos conselhos e aos conselheiros da UFF. Também foi levado ao conjunto dos departamentos e cursos para contribuir com os debates.

A proposta da Aduff para UFF na pandemia

Veja a proposta para o funcionamento da universidade durante o período da pandemia

Estrutura

A Universidade Federal Fluminense já enfrentava seríssimos problemas de infraestrutura antes da decretação do estado de emergência em decorrência da covid-19. Tais problemas se localizavam na sede e, de forma ainda mais dramática, nos *campi* fora de sede — contêineres, falta de transporte, etc. O quadro era agravado pela demanda, atendida de forma insuficiente, da reposição e/ou ampliação da força de trabalho (docentes, técnico-administrativos e terceirizados). Se esses problemas impactavam bastante o cotidiano da universidade no período pré-pandemia, agora suas consequências serão ainda piores. Por isso, propomos:

QUADRO EPIDEMIOLÓGICO

1-Que até uma ampla imunização da população, a universidade funcione de forma remota, e que mantenha ativos os órgãos criados para o acompanhamento da evolução do quadro epidemiológico e para as diversas providências de infraestrutura, de modo a embasar suas decisões futuras numa sólida avaliação das condições sociais, sanitárias e institucionais. Indica-se que seja ampliada a divulgação dos dados que orientam as tomadas de decisão na UFF;

PERMANÊNCIA ESTUDANTIL

2-Ampliação de bolsas, com foco na assistência e na permanência estudantil;

ACESSO À TECNOLOGIA

3-Disponibilização de *chips*, *modems* e computadores para todos os níveis de ensino (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e para os cursos de especialização gratuitos);

UNITEVÊ

4-Expansão da UNITEVÊ: como a UNITEVÊ atualmente é toda estruturada no YouTube, poderiam ser criados canais específicos para as unidades de ensino postarem seus seminários, palestras, entre outros conteúdos, e isso poder ser divulgado pela Universidade para toda a comunidade;

MEDIADORES

5-Mediadores para garantir a acessibilidade, resguardadas as condições de segurança para estes trabalhadores;

PSICOSSOCIAL

6-Assistência psicossocial para a comunidade acadêmica;

CONTRATOS TEMPORÁRIOS E TERCEIRIZADOS

7-Preservação dos contratos de trabalho temporários, na medida do que for permitido pela legislação:

7.1-Que a UFF garanta a renovação dos contratos, que se encerrem neste período, dos professores substitutos;

7.2-Que a UFF, em diálogo com as empresas de contratação dos trabalhadores terceirizados, exija que não haja demissões neste período.

TECNOLOGIA PRÓPRIA

8-Que a UFF desenvolva tecnologia própria de comunicação para ser utilizada nos processos de mediação tecnológica deste período especial;

DIREITO DE IMAGEM

9-Que seja garantido, por parte da UFF, o direito de imagem de docentes e discentes, de acordo com a legislação vigente, sendo vedada a utilização de imagem e/ou áudio sem prévia autorização.

FUST

10-A exigência, junto ao Governo Federal, de que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) sejam utilizados para garantir acesso universal à internet de banda larga.

Próximo período letivo

DISCIPLINAS

1-Que os departamentos, diante da avaliação concreta de cada componente curricular, decidam quais disciplinas podem ser efetivamente ofertadas sob a modalidade de ensino remoto emergencial;

1.1- No que tange às disciplinas, recomendamos, como formato preferencial, as optativas com toda ou parte da sua carga dedicada à extensão. Avaliamos que este tende a ser um formato que contemple melhor as enormes desigualdades entre o corpo discente, contribui para a integralização do currículo e atende à função social da universidade pública durante uma pandemia;

EXTENSÃO E PESQUISA

2-Docentes/Departamentos/Colegiados devem poder optar, de acordo com as características locais, por ofertar atividades acadêmicas de extensão e pesquisa, fortalecendo o papel da Universidade;

CRIAÇÃO DE DISCIPLINAS

3-Autorização do CEPEX para criar disciplinas para 2020.1, substituindo o “não se aplica” do calendário atual por um período para a criação de disciplinas, e flexibilizando temporariamente os trâmites previstos no Regulamento dos Cursos de Graduação em vigor para criar disciplinas na UFF;

AJUSTES MAIS AMPLOS

4-Possibilidade de cursos e departamentos promoverem ajustes mais amplos no quadro de oferta de disciplinas;

PPC

5-Que os PPC não sejam alterados para atender ao período da pandemia, com exceção das mudanças que estavam e/ou estão sendo realizadas pelos cursos, como demandas internas de adequação;

REPOSIÇÃO PRESENCIAL

6-Aos Chefes de Departamento e Coordenadores de Curso não poderá ser cobrado o planejamento da reposição presencial das atividades de natureza obrigatória, que não serão oferecidas remotamente, até que seja debatido e deliberado como e quando voltaremos;

ACESSO E MATERIAL DIDÁTICO

7-Aos docentes, individualmente, não poderá ser cobrada a elaboração de estratégias contra a exclusão, já que esta é uma responsabilidade institucional. O docente deverá colocar no seu plano de trabalho as estratégias disponibilizadas pela Administração Central que forem possíveis, no caso das atividades que estiver desenvolvendo, explicitando que a implementação destas estratégias dependerá de condições de saúde e infraestruturas que não podem ser controladas;

7.1-Que a UFF garanta, sob a coordenação do Sensibiliza UFF – Divisão de Acessibilidade e Inclusão, todo o material didático necessário para o processo de desenvolvimento de atividades no período emergencial, visando o acesso das pessoas com deficiência, sem responsabilizar os docentes pelas adaptações e recursos necessários ao acesso integral.

DISPONIBILIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

8-A Universidade deve propiciar aos docentes formas pelas quais os conteúdos das disciplinas sejam disponibilizados aos e às discentes inscritos na turma correspondente, garantida a autonomia docente em relação às formas pelas quais estes materiais serão disponibilizados.

TAMANHO DAS TURMAS

9-Diante da intensificação e da especificidade do trabalho docente no ensino remoto e do empenho em garantir ensino com alguma qualidade na pandemia, a Aduff orienta no sentido da redução do número de estudantes nas turmas por professor;

PRAZOS PARA ESTUDANTES

10-Flexibilização dos prazos para ajustes nos planos de estudos discentes, para os trancamentos de matrícula e para os cancelamentos de disciplinas; que o período da pandemia não seja contabilizado no prazo que os discentes têm para a integralização dos cursos; que reprovações não sejam contabilizadas para jubramento;

AValiação

11-Avaliação processual da participação discente nas disciplinas e atividades oferecidas de forma remota ao longo de todo o semestre letivo, com vistas a aperfeiçoar a sequência do trabalho;

CONDIÇÕES DE TRABALHO

12-Avaliação permanente das condições de trabalho, como acesso à bibliografia indicada, aos recursos tecnológicos de comunicação e aos recursos ofertados pelos programas de assistência da Reitoria e do Governo;

COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

13-Que a UFF crie formas preventivas e de combate a possíveis ações machistas, racistas, lgbtfóbicas, capacitistas, entre outras formas de discriminação;

13.1-Que sejam garantidos assessoria jurídica e acompanhamento psicossocial em casos de assédio e discriminações aos docentes e aos discentes.

Sobre as próximas decisões referentes ao funcionamento da UFF na pandemia

DEMOCRACIA, TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO

1-As próximas decisões referentes ao funcionamento da UFF na pandemia devem incluir o Conselho Universitário, que tem como sua primeira atribuição, de acordo com o Art. 22 do Estatuto da Universidade Federal Fluminense, “orientar a política educacional da Universidade dentro dos princípios e normas gerais da legislação competente”;

DIÁLOGO PERMANENTE

2-Garantir o diálogo permanente e amplo: minutos decisivos para a Universidade não podem ser disponibilizadas apenas para conselheiros e por menos de uma semana; as contribuições recebidas pelos Grupos de Trabalho e Conselhos não podem ser desconhecidas pela Comunidade Acadêmica; Fóruns de Escuta precisam ocorrer antes, e não depois das decisões terem sido tomadas; entre outras ações que ampliem a participação da Comunidade Acadêmica nos processos decisórios dos conselhos.

Defesa da democracia interna na UFF marca atuação da Aduff na pandemia

Forma como Reitoria encaminha questões relativas à política universitária na pandemia é alvo de críticas pela falta de diálogo, atropelo nas decisões e por deliberações não passarem pelo Conselho Universitário

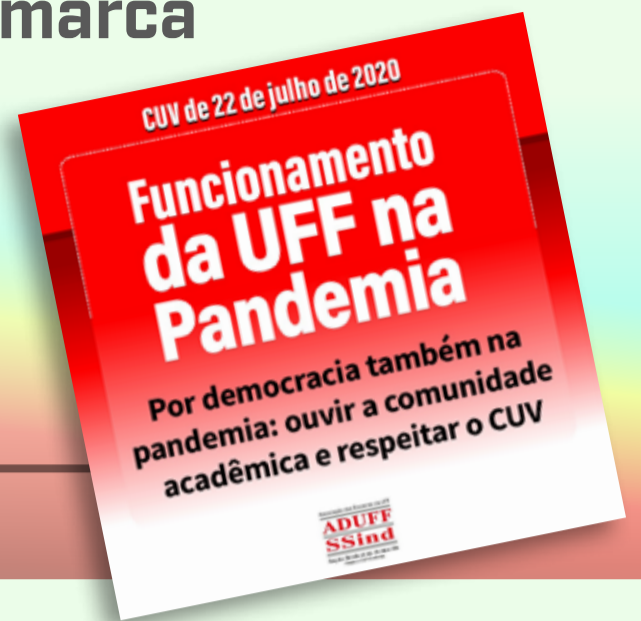
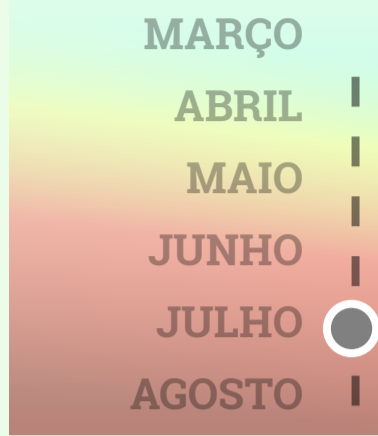
Da Redação da Aduff
Por Lara Abib

Diante da pandemia da covid-19 no Brasil, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) da UFF suspendeu, no dia 8 de abril, o calendário acadêmico e administrativo da UFF. A decisão acertada infelizmente não foi procedida por um debate amplo sobre o funcionamento da instituição durante a pandemia. Nestes últimos cinco meses, a diretoria da Aduff-SSind se empenhou para reivindicar e tentar garantir o respeito às instâncias deliberativas e a participação da comunidade acadêmica nos processos decisórios da Universidade.

No dia 30 de abril, a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe) da UFF publicou a Instrução de Serviço (IS) Nº 008 que regulamentou o trabalho remoto na Universidade sem nenhum diálogo com técnicos e docentes, levando incerteza e insegurança para os trabalhadores. A IS estabeleceu um plano de trabalho que a diretoria da Aduff-SSind avaliou como um “mecanismo de controle do trabalho docente”.

A seção sindical defendia que reunião do CEPEX fosse convocada para esclarecer as condições de regulamentação do trabalho remoto na universidade. Em reuniões departamentais, docentes da UFF também se manifestaram contrários ao preenchimento do plano de trabalho enquanto não houvesse discussão democrática sobre o documento.

Em 20 de maio, a reunião do CEPEX foi finalmente realizada, mas não tratou da IS Nº 008, mas de uma proposta elaborada pela Prograd para a retomada do calendário acadêmico da UFF. Apesar da seção sindical ter defendido que a discussão e o planejamento de todas as atividades da universidade fossem feitas de forma participativa e transparente ao longo da pandemia – com garantia de amplos



debates e deliberação no Conselho Universitário e no CEPEX-, o que aconteceu foi o contrário.

Elaborada pelo Grupo de Trabalho do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (GT/CEPEX), a minuta que dispunha sobre o planejamento e execução de Atividades Acadêmicas Emergenciais (ACE) na UFF, com a criação de um Período Letivo Especial para estudantes concluintes via ensino remoto, foi divulgada apenas cinco dias antes de sua votação e aprovação, em reunião do Conselho no dia 12 de junho.

Em documento enviado à Reitoria, a diretoria da Aduff solicitou à administração que adiasse a deliberação sobre o tema, o que não aconteceu. A administração não só manteve a reunião, como divulgou com menos de 48h de antecedência as minutas relativas às atividades da Pós-Graduação e de Extensão da UFF durante pandemia, que também seriam aprovadas na reunião do dia 12. Docentes da UFF tiveram menos de duas semanas para organizarem o período especial com aulas remotas para os concluintes, que começou no dia 29 de junho.

Sem passar pelo CUV

Apesar de ser a principal instância deliberativa da Universidade, responsável por orientar a política educacional da UFF dentro dos princípios e normas gerais da legislação competente, a primeira reunião ordinária do Conselho Universitário só foi convocada pela Reitoria no dia 1º de julho, quatro meses após do início da pandemia. Ainda assim, a “UFF na pandemia” não foi pauta da reunião – o que só viria a acontecer no dia 22 de julho, por iniciativa de 1/3 dos conselheiros do CUV, que se organizaram e convocaram uma reunião extraordinária do Conselho.

Só que da mesma forma como aconteceu com a implementação do ensino remoto emergencial, a aprovação do ca-

lendário acadêmico para 2020 também se deu de forma aligeirada, sem que o debate pudesse ser apropriado pela comunidade acadêmica e antes da realização da reunião do Conselho Universitário do dia 22 – apesar da reivindicação de diversos setores da Universidade e da própria Aduff de que o CEPEX esperasse a reunião do CUV para deliberar sobre o calendário acadêmico.

Semestre começará sem UFF avaliar período especial

Aprovada no dia 17 de julho, a resolução do CEPEX que definiu o calendário letivo e administrativo de 2020 autorizou, em caráter excepcional, “a substituição das atividades acadêmicas presenciais de componentes curriculares teóricos, práticos e/ou teórico-práticos dos cursos de graduação presencial da UFF por atividades remotas, mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação, durante o período de pandemia da covid-19”.

No dia 14 de agosto, foi a vez do Regulamento do Ensino Remoto ser aprovado no CEPEX. Embora matéria divulgada pela Reitoria afirme que vários pontos propostos pela Aduff foram incorporados em diferentes artigos da Resolução – numa tentativa de dar uma aparência mais democrática a um processo marcado pela dificuldade de diálogo efetivo e pelos debates aligeirados e pouco inclusivos –, a avaliação da diretoria da seção sindical é de que o Regulamento ficou bem distante do documento proposto pelo conjunto dos docentes (ver página 6).

O primeiro semestre letivo de 2020 terá início em 14 de setembro de 2020 e término previsto em 15 de dezembro e começará sem fazer a avaliação do período letivo especial para estudantes concluintes – outra reivindicação de parte expressiva da comunidade acadêmica e da Aduff que foi ignorada pela Reitoria da UFF.



Visibilidade para o que a UFF faz no combate à pandemia

Campanha da Aduff buscou dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pela comunidade acadêmica durante a pandemia e que enfrentam a covid-19 e seus efeitos

Da Redação da Aduff
Por **Aline Pereira**

Desde antes de ascender à Presidência, Jair Bolsonaro havia elegido as universidades públicas e os servidores públicos como inimigos do projeto de poder por ele defendido, que ataca princípios democráticos e exalta o passado de terror e tortura no país. Um ano e meio após ocupar o posto, Bolsonaro mantém a difusão de valores racistas, machistas, misóginos e homofóbicos e da recusa à Ciência.

Para combater as difamações contra as instituições públicas de ensino superior proferidas pelo governo Bolsonaro – seja na figura do próprio presidente ou do então ministro da Educação Abraham Weintraub –,

a Aduff-SSind e o Andes-SN realizaram campanhas que buscaram dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos na UFF e nas demais universidades públicas relacionados ao enfrentamento da pandemia.

Além disso, as entidades defenderam o Sistema Único de Saúde (SUS), como direito universal à saúde, repudiaram as 'reformas' de Bolsonaro e Paulo Guedes e participaram da mobilização pela revogação da Emenda Constitucional 95, que congela os orçamentos dos serviços públicos e das áreas sociais por 20 anos.

"As Universidades têm sido fundamentais no combate à pandemia, temos trabalhado em pesquisas que envolvem diagnóstico e tratamento e tentam encontrar a cura para a doença. Temos ajudado a le-

vantar dados que permitem formular políticas públicas, temos feito a mediação entre a população, principalmente os setores mais vulneráveis, e o acesso aos programas sociais; temos feito a difusão de informações corretas e verdadeiras sobre a covid-19 em um cenário de *fake news*", disse Marina Tedesco, presidente da Aduff.

A docente lembrou ainda a série de *lives* e rodas de conversas, que abordam temas como educação, violência de gênero e precarização das condições de vida da classe trabalhadora na conjuntura de pandemia. "É importante mostrar isso porque temos um governo que difama as universidades e que diz que não temos função social. Entretanto, nossa função social é enorme", disse Marina Tedesco.

Campanha do Andes-SN mostrou trabalhos nas universidades de todo o país contra a pandemia

"Aquilo que alguns chamam de balbúrdia, nós chamamos de produção do conhecimento" – assim dizia a campanha do Andes-Sindicato Nacional veiculada nas redes, apontando diariamente ações de relevância no cenário nacional, financiada com verbas públicas e desenvolvidas no âmbito do ensino superior.

"É uma mostra daquilo que as Universidades públicas do Brasil todo estão fazendo nesse período da pandemia para combater a covid-19. Foi muito importante porque ela deu visibilidade às ações da Universidade que vão

para além do ensino, mostrando que o funcionamento está ligado de fato ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Deu visibilidade aos diferentes projetos e às muitas ações de solidariedade desenvolvidas pelas Universidades públicas junto às populações mais pauperizadas dos Estados", disse Eblin Farage, secretária-geral do Andes-SN e professora da UFF.

Para ela, a campanha valorizou a Universidade pública, o trabalho dos docentes e dos técnico-administrativos na perspectiva de uma Educação integral, que não se limita ao ensino em sala de aula e está comprometida com o desenvolvimento social e o bem-estar da população.

"A campanha também confronta o discurso do governo de que nós não estamos fazendo nada. Ao contrário, mostrou o tanto que estamos trabalhando, continuamos trabalhando – até porque a Universidade não se restringe ao ensino. E, certamente, poderíamos mostrar um conjunto de outras atividades que não foram priorizadas nessa

campanha, mas que estão sendo realizadas pelos docentes, como a produção de artigos científicos, atividades administrativas, atividades de ensino que não se resumem a uma transposição do ensino presencial, orientações e outras", disse a docente.(AP)



Jurídico da Aduff: novas ações e atendimento remoto desde março

Assessoria também vem elaborando pareceres sobre as medidas legais e administrativas que envolvem o trabalho docente neste período

A assessoria jurídica da Aduff-SSind seguiu funcionando na pandemia, porém de forma remota. Desde o início da crise sanitária, o governo federal tenta se aproveitar dela para atingir direitos de servidoras e servidores – buscando aprofundar uma política que já estava em curso e que tem a 'reforma' da Previdência em 2019 como maior referência.

Para combater tais medidas, o Jurídico da Aduff manteve o atendimento por forma



remota. Os docentes que necessitarem de atendimento jurídico poderão acionar os advogados da seção sindical por mensagem no Whatsapp (21-99905-9032) ou e-mail (contato@boechatewagner.adv.br).

Além do atendimento remoto desde março, a assessoria jurídica da Aduff ajuizou ações e acompanhou os processos em andamento. Também elaborou pareceres sobre mudanças na legislação, portarias, instruções normativas e de serviços demandadas pela direção da

entidade, por seus fóruns organizativos e por docentes sindicalizados.

É o caso da nota técnica que afirma que a lei que instituiu o congelamento de salários e benefícios até 31 de dezembro de 2021 não atinge as progressões e promoções. Ou os pareceres sobre as medidas tomadas pela administração central da UFF. Esta página traz um breve relato de algumas ações. Novidades no trâmite das ações e novos pareceres são sempre divulgados no site da Aduff (www.aduff.org.br).

Ações ajuizadas pela Aduff no período da pandemia

Retribuição por Titulação

A Aduff moveu ação para restabelecer a RT (Retribuição por Titulação) suprimida de parte dos docentes em março de 2020. O corte decorreu de uma alteração no sistema de pagamento promovida pelo Ministério da Economia, que passou a exigir que as informações referentes à titulação, incluindo o diploma, estejam cadastradas no Siape. A mudança afetou principalmente aposentados. A ação nº 5002115-33.2020.4.02.5102 – autuada em 6 de abril de 2020 – tramita na 3ª Vara Federal de Niterói. O juízo intimou a União e a UFF a se manifestarem sobre o pedido de tutela provisória. No dia 11 de maio, a UFF informou que apenas cinco professores seguiam não cadastrados; número que caiu para três um mês depois. O pedido de tutela de urgência foi indeferido. A movimentação jurídica e política da Aduff, no entanto, tendem a ter contribuído para dar visibilidade ao problema e acelerar a busca por soluções. A ação aguarda a decisão do juízo.

Instrução Normativa 28/2020

A Instrução Normativa 28/2020, do Ministério da Economia, refere-se aos servidores que estejam sob regime de trabalho remoto ou de turnos alternados de revezamento. Ela veda para estes trabalhadores a realização de serviço extraordinário, de pagamento de auxílio-transporte, de adicional noturno, de adicionais ocupacionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratifica-

ção por atividades com raio-x ou substâncias radioativas. Também impede a modificação do período de férias já programado e de reversão da jornada reduzida prevista no art. 5º, da MP 2174-28. A ação civil pública nº 5002192-42.2020.4.02.5102 contra a IS 28 – autuada em 14 de abril de 2020 – tramita na 3ª Vara Federal de Niterói. Em 8 de junho, o juízo indeferiu o pedido de tutela de urgência. Diante disso, foi interposto pela Aduff agravo de instrumento para que a decisão fosse reformada pelo TRF-2 e a tutela de urgência, concedida. O pedido de tutela foi indeferido, mantendo a decisão agravada. O Agravo de Instrumento aguarda decisão desde 27 de julho de 2020.

Previdência: contra a taxaço extraordinária

A Emenda Constitucional 103/2019, referente à 'reforma' da Previdência, prevê medidas como majoração da base de cálculo a aposentados e a pensionistas e a instituição de contribuição extraordinária para equacionamento de eventuais "déficits" atuariais. A ação nº 5002210-63.2020.4.02.5102 – ajuizada em 4 de abril de 2020 – questiona a legalidade dessas mudanças e tramita na 3ª Vara Federal de Niterói. A União foi citada e a sua contestação chegou ao juízo em 18 de julho. No dia 27 do mesmo mês, os autos foram remetidos ao juízo para que ele despache e decida.

Previdência: ação referente a doenças incapacitantes

O parágrafo 21 do artigo 40 da Constituição

Federal determinava que a contribuição previdenciária de servidores aposentados e pensionistas portadores de doenças incapacitantes seria menor do que a imposta aos demais servidores. Incidiria sobre as parcelas de proventos e de pensão que superassem o dobro do teto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). A Emenda Constitucional 103/2019, da 'reforma' da Previdência, revogou isso. A base de cálculo majorou, passando a incidir sobre o montante que superar o teto do RGPS. A ação nº 5002209-78.2020.4.02.5102 – autuada em 15 de abril de 2020 – pede a revogação dessa mudança e tramita na 4ª Vara Federal de Niterói. Desde 6 de agosto, os autos estão conclusos e aguarda-se a sentença do juízo.

Previdência: alíquotas progressivas

A 'reforma' da Previdência (EC 103/2019) alterou os valores das alíquotas de contribuição previdenciária de servidores, antes fixada em 11%, prejudicando também os docentes. Elas passam a ser progressivas, mediante leis editadas pela União, estados e municípios. Entretanto, a própria EC 103 fixa alíquotas incidentes enquanto estas leis não sejam aprovadas. A Aduff pede a revogação da mudança por meio da ação nº 5002237-46.2020.4.02.5102 – autuada em 16 de abril de 2020 – e que tramita na 3ª Vara Federal de Niterói. Há pedido de antecipação de tutela – para que os efeitos cessem imediatamente, até a decisão do mérito. Em 13 de agosto, o juiz despachou, solicitando esclarecimentos quanto ao pedido formulado.

Filmes e conversas com cineastas na quarentena

Cineclube Virtual da Aduff começou em março e já exibiu 16 filmes, todos seguidos de bate-papo com as diretoras ou diretores das obras; iniciativa proporcionou reflexões sobre os mais variados temas

“O Cineclube Virtual da Aduff é mais um estímulo para quem puder ficar em casa nestes tempos de pandemia e abrimos com chave de ouro essa primeira sessão”, disse Marina Tedesco, presidente da Aduff, ao iniciar o debate com a cineasta Helena Solberg, na primeira sessão semanal do Cineclube. A *live* de 1h com a diretora do documentário feminista “A Dupla Jornada” foi transmitida pela página da Aduff no Facebook em 29 de março, logo após o filme. Outros 15 já foram exibidos, seguidos do bate-papo. O mais recente, “Vidas Entregues”, teve a presença do cineasta Renato Prata Biar e da professora da UFF Maria Cristina Paulo Rodrigues, inaugurando novos formato e periodicidade, agora quinzenal.

Todos os filmes em 5 meses de Cine Clube da Aduff



Vidas Entregues
Exibido em 16 de agosto, sobre a luta diária dos entregadores de aplicativos. Debate com o cineasta Renato Prata Biar e a professora Maria Cristina Paulo Rodrigues.



O Cárcere e a Rua
Exibido em 26 de julho, sobre a vida de mulheres ex-presidiárias, foi seguido de debate com a cineasta Liliana Sulzbach.



Auto de Resistência
Exibido em 19 de julho, seguido de debate com a cineasta Natasha Nery e mães de vítimas da violência do Estado.



Leva
Exibido em 12 de julho, o documentário conta a história de moradores da Ocupação Mauá, no Centro de São Paulo. Debate com a cineasta Juliana Vicente.



O Rebeliado
Exibido em 5 de julho, o documentário conta a história de um ex-travesti que se tornou pastor e tenta converter gays, lésbicas e travestis à heterossexualidade. Debate com o cineasta Bertrand Lira.



São Silvestre
Exibido em 28 de junho, o filme constrói de maneira sensorial a experiência de correr: respiração, ritmo, concreto, céu, som, memória, sonho – o homem e a cidade. Debate com a cineasta Lina Chamie.



Sobre Sete Ondas Verdes Espumantes
Exibido em 21 de junho, o documentário aborda a vida breve do poeta, dramaturgo e escritor Caio Fernando Abreu (1948-1996). Debate com os cineastas Bruno Polidoro e Cacá Nazario.



Um Filme de Dança
Exibido em 14 de junho, o documentário faz um retrato da situação dos dançarinos negros no cenário nacional. Debate com a cineasta Carmem Luz.



Modo de Produção
Exibido em 31 de maio, o documentário tem como personagem central o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Ipojuca. Debate com a cineasta Dea Ferraz.



O Caso do Homem Errado
Exibido em 17 de maio, narra a história do operário negro gaúcho Júlio César de Melo Pinto. Confundido com um assaltante, foi executado pela Polícia Militar. Debate com a cineasta Camila de Moraes.



Cartas de Maio
Exibido no dia 3 de maio, o projeto de websérie lítero-imagético registra a leitura de cartas de negras e negros contemporâneos às suas e aos seus ancestrais vivos no dia da assinatura da Abolição da

Escravidão. Debate com a cineasta Joyce Prado.



Nélida Pinõn e Nos Caminhos do Lixo - as catadoras de Jacutinga
Em 26 de abril, sessão dupla: “Nélida Pinõn” percorre a trajetória da escritora; “Nos Caminhos do Lixo - as catadoras de Jacutinga”, fala sobre o cotidiano de

mulheres numa cooperativa de Nova Iguaçu. Debate a cineasta com Eunice Gutman.



Diário de uma Busca
Exibido em 19 de abril, o documentário constrói um “diário de viagem” pelos países em que o militante de esquerda Celso Afonso Gay de Castro se exilou (Brasil, Chile, Argentina, Venezuela e França).

Debate com a cineasta Flávia Castro.



Chão
Exibido em 5 de abril, acompanha a luta pelo direito à terra a partir da convivência em um acampamento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Tera) no Centro-Oeste do país.

Debate com a cineasta Camila de Freitas.



A Dupla Jornada
Exibido em 29 de março, o documentário feminista estreou o Cineclube Virtual Aduff-SSind. Em seguida, debate com a com a premiada cineasta Helena Solberg.

Aduff apresenta
CINECLUBE VIRTUAL

Todas as obras tiveram a exibição cedida gratuitamente. O link de acesso estão disponíveis Facebook, no nosso site (www.aduff.org.br) e no canal da Aduff no YouTube.

Lives debatem os desafios da universidade na pandemia

Desde março, a Aduff realiza debates que abordam os desafios enfrentados por docentes, técnicos e estudantes durante a pandemia da covid-19; eventos são transmitidos ao vivo pelas redes sociais e buscam interagir com a comunidade universitária

Assim que começou a pandemia da covid-19, a Aduff suspendeu as atividades presenciais, cumprindo as medidas de segurança sanitária. Mas a distância física não significou o cancelamento das lutas, do diálogo e da busca da construção de propostas e encaminhamentos coletivos.

A realização de debates todas as quintas, com transmissão pelas páginas da Aduff no Facebook e no Youtube, foi uma das formas encontradas para facilitar a interação entre as professoras e professores da UFF e a sua representação sindical, para tratar de assuntos pertinentes à universidade no momento.

A primeira *live*, em 2 de abril, abordou a “saúde mental em tempos de pandemia”, seguida da avaliação dos “impactos da crise sanitária na economia”. Principalmente tendo-se docentes da UFF como convidados, percorreu-se em cinco meses temas como a produção científica, educação a distância e ensino remoto, as ameaças à democracia, o SUS, a retirada de direitos, a discriminação racial, a aposentadoria em meio à pandemia e os projetos de universidade pública em disputa. Todas as *lives*, que agora são quinzenais, estão disponíveis nas redes sociais da Aduff, e os links poderão ser acessados pelo site. (HLF)

Os temas debatidos em 5 meses

30 de julho

Aposentadoria e Saúde Mental em Tempos de Pandemia

Com as psicólogas e docentes da UFF Janes Santos Herdy (Psicologia/UFF/Niterói) e Nancy Lamenza Sholl da Silva (Psicologia/UFF/Volta Redonda).

23 de julho

Os Desafios do Ensino Remoto para a Educação Básica

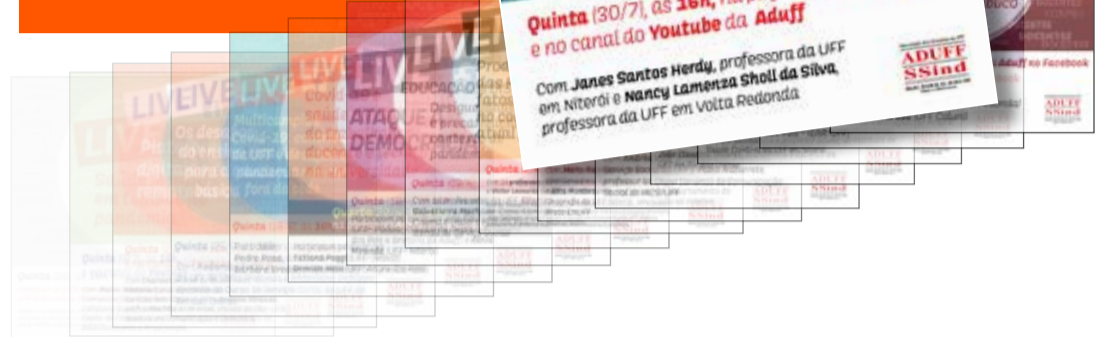
Com o professor Charleston José de Sousa Assis (Coluni) e a professora Cristina Miranda (CAp-UFRJ).

9 de julho

Plataformas Digitais e Ensino Remoto na UFF

Com os professores da UFF Marco Schneider (Iacs/UFF/Niterói) e Marielle de Moraes (Iacs/UFF/Niterói).

AO LONGO DE 5 MESES FORAM 15 LIVES



25 de junho

Multicampia e Pandemia

Com a professora Antoniana Defilippo (UFF/Rio das Ostras) e o professor Aydamari Faria Jr. (UFF/Volta Redonda).

18 de junho

Covid-19 e Saúde Mental do Trabalhador Docente e Técnico na Universidade

Com Pedro Rosa (coordenador do Sintuff) e Bárbara Breder (Psicologia/UFF/Campos).

11 de junho

EAD, Ensino Remoto e a Produção do Conhecimento nas Universidades Públicas

Com as professoras da UFF Nívea Andrade (Educação/UFF/Niterói) e Inny Accioly (Educação/UFF/Angra dos Reis).

4 de junho

Projetos de Universidade em Disputa

Com as docentes da UFF Catharina Marinho Meirelles (Psicologia/UFF/Niterói) e Isabella Vitória Castilho Pedroso (Coluni)

21 de maio

Pandemia e Ensino Remoto nas Universidades

Com a professora Andrea Vale (Serviço Social/UFF/Niterói) e Pablo Nabarrete (Iacs/UFF/Niterói).

14 de maio

Pandemia e População Negra

Com as professoras Maria Raimunda Soares (Serviço Social, coordenadora do Neab/UFF/Rio das Ostras) e Rita Montezuma (Geografia/UFF/Niterói).

7 de maio

Políticas Econômicas que Congelam e Retiram Direitos

Com a professora Eblin Farage (Andes-SN/Serviço Social/UFF/Niterói) e o professor João Claudino Tavares (Instituto de Humanidades e Saúde/UFF/Rio das Ostras).

30 de abril

A interface da UFF com o SUS

Com a professora Maria Goretti Andrade Rodrigues (INF/UFF/Pádua) e o professor Aluísio Gomes da Silva Júnior (Saúde Coletiva/UFF/Niterói).

22 de abril

Ataque à Democracia

Com a professora Tatiana Poggi (História/UFF/Niterói) e Demian Melo (História/UFF/Angra dos Reis).

16 de abril

Educação a Distância: Desigualdade Social e Precarização no Contexto de Pandemia

Com as professoras da UFF Ana Paula Silva (Educação/UFF/Pádua), Kenia Miranda (Educação/UFF/Niterói) e o professor Claudio da Costa (Educação/UFF/Angra dos Reis).

9 de abril

Produção Científica das Humanas

Com as professoras da UFF Eliany Salvatierra Machado (Iacs/UFF/Niterói) e Priscila Keiko C. Sakurada (Serviço Social/UFF/Niterói).

2 de abril

Impactos do Coronavírus na Economia brasileira

Com os professores Rodrigo Delpupo (Economia/UFF/Campos) e Victor Leonardo Araújo (Economia/UFF/Niterói).

Dia 26 de março

Saúde Mental em Tempos de Pandemia

Com os professores Rafael Mendonça Dias e Flávia Freire, ambos do curso de Psicologia da UFF, em Volta Redonda.

Primeira da série de debates, por meio de lives, iniciados com a quarentena, com Marina Tedesco, presidente da Aduff, Flávia Freire e Rafael Mendonça Dias, todos docentes da UFF



Aduff defende a vida acima de tudo na pandemia

Seção Sindical repudiou e combateu as políticas genocidas e criminosas de Bolsonaro e outros governos ao longo dos cinco primeiros meses da pandemia, que levou a mais de 100 mil mortos, apoiou lutas em defesa da vida e se solidarizou com setores mais vulneráveis da população

Da Redação da Aduff
Por **Aline Pereira**

Enquanto Jair Bolsonaro e o Ministro Paulo Guedes optaram em defender os grandes grupos econômicos, boicotando as políticas de distanciamento social no Brasil e seguindo na contramão das recomendações da Organização Mundial de Saúde, a Aduff priorizou a defesa da vida. Desde o início da pandemia, a seção sindical adotou as medidas de isolamento social, reorganizou sua forma de trabalho, de militância e de solidariedade diante da realidade imposta pela covid-19.

De acordo com Carlos Augusto Aguiar Junior, diretor da seção sindical e professor do Coluni, a seção sindical acertou quando defendeu o isolamento e evitou atos de rua com aglomeração na pandemia. "Tivemos sensibilidade política, em que pese a necessidade de uma luta constante e consistente contra o fascismo que aí está, com esse governo de destruição, para compreender que o primordial é a garantia da vida humana", disse o docente.

Para ele, a pandemia impôs uma forma de organização e, em parte, um novo jeito de se fazer sindicato temporários. Por ser uma doença ainda sendo compreendida pela Ciência, ela traz alto risco de morte - mais de 110 mil em cinco meses no Brasil, pelos dados oficiais. "É uma batalha travada pelos trabalhadores da saúde. Valorizamos a vida humana como o bem mais precioso e demonstramos nosso respeito pelo trabalho incansável dos trabalhadores de saúde, com destaque para os que atuam no Sistema Único de Saúde - médicos, enfermeiros, trabalhadores de apoio, limpeza dos hospitais", observou Carlos Augusto.

Segundo o dirigente sindical, quando se mantém o distanciamento social também se valoriza a luta diária dos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à covid, principalmente para que não haja uma sobrecarga absurda e perigosa de trabalho para eles. "Muitos se contaminam nessa luta diária, e defender o isolamento é valorizar a vida e o trabalho desses profis-

sionais", afirma Carlos.

O docente lembra que o governo sempre trabalhou com uma perspectiva negacionista em relação à pandemia, tendo demonstrado - seja por ações, descasos ou discursos - que para Bolsonaro e Guedes era mais importante salvar CNPJs que CPFs. Banalizou-se e naturalizou-se as milhares de mortes no Brasil por covid-19.

Carlos Augusto aponta a falta de articulações do governo em fazer uma quarentena rigorosa, com fechamento de fronteiras, a realização de políticas públicas para garantir a subsistência das pessoas, muitas que nem sequer moram em habitações que lhes permitam fazer, de fato, o isolamento social. "Liberaram R\$ 200, o Congresso ampliou para R\$ 600; o governo pôs o povo para se aglomerar nas ruas para receber o auxílio emergencial. Aliás, não é auxílio do governo; é dinheiro do povo que paga seus impostos sobre tudo o que produz e consome", disse.

Profissionais de saúde

O dirigente sindical lembra ainda que a pandemia expôs as graves questões que dizem respeito à falta de justiça social no país e à falta de investimentos no SUS, o qual se revelou ainda mais importante para a população. A Aduff permaneceu ativa em defesa da maior estruturação e ampliação do Sistema Único de Saúde, de forma que seja possível viabilizar o acesso universal e igualitário aos serviços públicos de qualidade à população.

Não à toa, a seção sindical se manifestou reiteradamente em defesa dos trabalhadores do Hospital Universitário Antonio Pedro. Assinou, com outras entidades, parlamentares e conselheiros, carta aberta à Reitoria da UFF e à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh. Pelo documento de junho deste ano, reivindicou a abertura de negociação pelo grau máximo de adicional de insalubridade para todos os trabalhadores ativos no Huap. Reivindicou



Manifestantes prestam homenagem aos 100 mil mortos pela covid-19 em ato no Monumento aos Pracinhas, em 7 de agosto

ainda testagem urgente em todo o quadro funcional; EPIs de qualidade a todos, incluindo terceirizados e setores de serviços, sem distinção; fornecimento de alimentação a todos os trabalhadores em local adequado; atendimento médico (incluindo internação, caso necessário) a todos os trabalhadores que apresentarem sintomas da doença, boletins diários sobre atendimentos e dados de covid-19; transporte especial para os que saem do plantão e manutenção dos hotéis para os trabalhadores que optarem por não expor seus familiares.

Na quarentena, a Aduff também adquiriu impressora 3D para contribuir com a produção de máscaras, visando atender aos profissionais de saúde, colaborando com o projeto social do professor James Hall, da Engenharia da UFF.

Solidariedade

A Aduff participou de diversas ações de solidariedade, uma delas envolvendo a montagem e distribuição de aproximadamente 800 cestas básicas.

A iniciativa foi organizada no âmbito do Fórum Sindical e Popular de Niterói, que conta com a participação da seção sindical e diversos movimentos sociais da cidade, em articulação com outros fóruns de luta do município. Carlos Augusto lembra que muitos trabalhadores estão sem emprego ou em condições muito precarizadas e que, nesse contexto, tem sido ainda mais difícil garantir o pão à mesa.

"Importante dizer que não se trata de caridade e sim de uma ação de solidariedade de classe, com a perspectiva de transformação político e social. É uma ajuda imediata para atender aos anseios do estômago, mas tem um trabalho político para promover a consciência de classe. Os movimentos que fazem a construção dessas cestas e as entregam nas comunidades carentes também fazem um trabalho de politização da ação", explica o docente.

Defesa dos direitos para não deixar a 'boiada passar'

Corte de direitos trabalhistas, 'reforma' administrativa e redução de serviços públicos são apontados como alvos do governo, que quer usar a pandemia para passar seus projetos

Ao dizer numa reunião ministerial que a pandemia era o momento certo para 'passar a boiada' dos projetos do governo federal, o ministro Ricardo Salles (Meio Ambiente) deu provas, involuntariamente, de algo que já vinha sendo denunciado pelos movimentos sindicais e sociais: o presidente Jair Bolsonaro usa a pandemia para acelerar a imposição de projetos que retiram direitos da classe trabalhadora, atacam os serviços públicos e beneficiam setores empresariais.

Salles não foi contestado, assim como Paulo Guedes (Economia) ao dizer que o governo não estava parado e já colocara uma



Ato no dia 7 de agosto, no Monumento aos Pracinhas, no Rio, responsabilizou os governos pelas mais de 100 mil mortes por covid-19 e denunciou o ataque a direitos

Foto: Elisângela Leite

'granada' no bolso do 'inimigo', referindo-se ao congelamento salarial e aos servidores públicos. A reunião ocorreu em 22 de abril – quase quatro meses atrás e 107 mil mortes pela covid-19 a menos.

Os ministros não podiam imaginar que uma decisão judicial tornaria público o vídeo da reunião, na qual não se falou sobre como combater o coronavírus. Os meses que se seguiram àquele episódio demonstram que, neste aspecto, estavam sendo sinceros. Os principais problemas do país, na visão oficial em vigor, são os custos dos serviços públicos e dos servidores, a suposta tributação elevada sobre empresários, os encargos e

direitos que incidem sobre as folhas de pagamento, a Previdência Social, as estatais e as garantias trabalhistas. Para as universidades e institutos federais, o governo quer cortar 18%, em 2021, do orçamento já asfixiado pela Emenda Constitucional 95.

Ao longo desses meses, a Aduff vem convocando e participando, dentro das possibilidades do distanciamento social, das mobilizações contra a retirada de direitos. Também apoiou as mobilizações antifascistas. Na avaliação da Aduff, é necessário e urgente construir a unidade na luta com todos os setores contrários a esses projetos para não deixar a 'boiada passar'.

O que o governo já aprovou contra os servidores este ano

Congelamento salarial

Lei de constitucionalidade questionável proíbe reajustes de salários e benefícios até 1 de dezembro de 2021 para servidores federais, estaduais e municipais.

Restrições a parcelamentos

A mesma lei restringiu as possibilidades de parcelamento de reajustes de forma permanente. Agora, parcelas de reajustes ou reestruturações de carreiras não poderão começar em um governo e terminar em outro.

Suspensão de concursos

A lei fixou restrições para realização de concursos e nomeação de novos servidores até 31 de dezembro de 2021. Isso fica proibido para cargos novos, mas segue permitido para reposição de vacâncias de cargos efetivos.

O que o governo já sinalizou querer

Estabilidade

Por diversas vezes, o governo federal e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defenderam o fim da estabilidade. Bolsonaro diz que isso atingiria os servidores que ingressarem após a mudança.

Carreiras

O governo fala em reduzir as atuais carreiras para 20 ou 30, rebaixar o patamar salarial das fases iniciais, acabar ou restringir as promoções e progressões e tornar o acesso ao topo delas acessível a poucos, devido a barreira 'meritocráticas'.

Privatizações

O governo quer privatizar as estatais. Também sinalizou a privatização de serviços públicos. O seu novo líder no parlamento, deputado Ricardo Barros, defendeu o fim do SUS quando ministro da Saúde de Temer.

Terceirizações

O governo também já sinalizou a intenção de terceirizar mais serviços públicos. Isso ficou evidente no projeto Future-se, com a possibilidade de contratações via organizações sociais.

Salários

A possibilidade de reduzir salários proporcionalmente à jornada é um desejo já expressado pelo Ministério da Economia.

Previdência

O governo não desistiu do modelo de capitalização, que não conseguiu aprovar em 2019, a 'poupancinha individual de Paulo Guedes'.